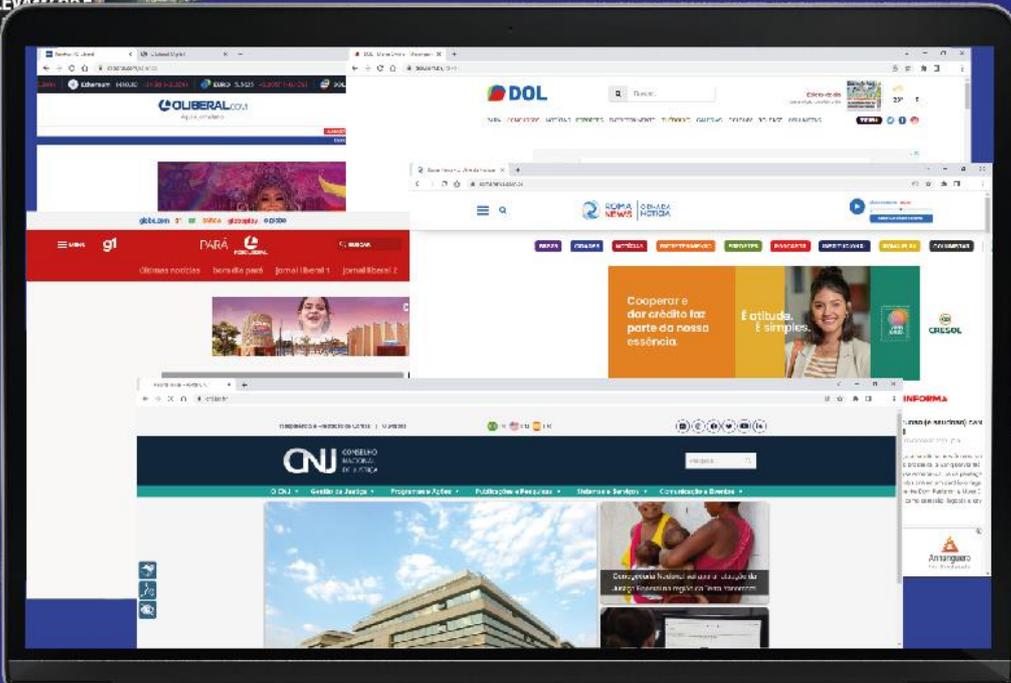




CLIPPING

Terça-feira
5 de Março
de 2024



**RD REPÓRTER
DIÁRIO**

O Supremo Tribunal Federal suspendeu decisões judiciais proferidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e pelo TJPA, que determinavam a penhora, o sequestro, o arresto ou bloqueio de bens da Cosanpa. A suspensão, emitida na quinta-feira (28), ocorreu após Medida Cautelar ajuizada pela Procuradoria-Geral do Estado que questionou a validade das medidas judiciais determinadas contra a companhia. Na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1086, a PGE ressaltou que as decisões descumpriam preceitos fundamentais da Constituição Federal.

PROCESSOS

Na decisão do STF, o ministro Flávio Dino destaca que a Constituição estabelece que todos os pagamentos devidos, por condenações judiciais definitivas, devem ser feitos em ordem cronológica, conforme a data da inscrição do crédito, e aplicados em regime de precatórios. “Os valores devidos pela Cosanpa são referentes a débitos provenientes de processos judiciais. E, agora, com a decisão do STF, estas penhoras e bloqueios se tornam proibidos, por reconhecer que os serviços ofertados pela companhia são essenciais”, disse o procurador-geral Ricardo Sefer.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Evento reúne integrantes das patrulhas Maria da Penha

JUDICIÁRIO

Ana Laura Costa

Na tarde de ontem (04), ocorreu o 1º Encontro das Patrulhas Maria da Penha do Pará: o atendimento civil e militar com perspectiva de gênero, no edifício-sede do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), em Belém, que contou com a participação de agentes da segurança pública, sociedade civil e integrantes das patrulhas Maria da Penha, que fiscalizam o cumprimento de medidas protetivas para mulheres vítimas de violência doméstica.

O encontro faz parte da programação da 26ª Semana Nacional da Justiça Pela Paz em Casa, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça com os Tribunais de todo o país. As semanas da Justiça pela Paz em Casa consistem em ações voltadas ao aprimoramento da prestação jurisdicional em casos de violência doméstica contra a mulher, com esforços concentrados de julgamento e de ações voltadas ao combate da violência de gênero.

O psicólogo da Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica (CE-

VID) do TJPA, Rafael Falcão, tratou do “Formulário de avaliação de risco como instrumental da rede de atendimento” aos participantes.

A desembargadora do TJPA, Maria de Nazaré Saavedra Guimarães, destacou que a participação de integrantes que atuam na Patrulha Maria da Penha, como policiais militares, guardas municipais e bombeiros militares, assim como os que não integram o grupo, é importante para transmitir a mensagem de que todos possuem responsabilidade no combate e enfrentamento à violência doméstica.

RESPONSABILIDADE

“A segurança pública, como um todo, deve estar envolvida porque o combate, o enfrentamento à violência doméstica, à violência contra a mulher é responsabilidade de todos, do poder Executivo, do nosso Judiciário e da sociedade civil organizada. Inclusive, para isso o Estado criou a Secretaria da Mulher para que todos os tribunais consigam reunir todos os órgãos no enfrentamento a essa violência”, ressaltou.

Além de fiscalizar o cumprimento das medidas pro-



Desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães destacou a importância da Patrulha Maria da Penha

FOTO: WAGNER ALMEIDA

tetivas deferidas pelos juízes das varas de violência doméstica e familiar contra a mulher da capital, a Patrulha Maria da Penha também faz visitas periódicas, semanais ou mensais, com um acompanhamento de perto da situação das mulheres com medidas deferidas pelo Juízo.

Das 27 capitais do país, Belém ficou em quinto lugar das que mais reduziram o número de feminicídios, tendo queda de 72,7%, segundo os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgados ano

passado. Em números absolutos, no ano de 2021 foram computados 11 casos na capital, reduzindo para três ocorrências em 2022.

“A força de segurança tem que estar capacitada, formada, para que ela acolha, proteja e não intimide essa mulher vítima de violência doméstica. Mulheres trans e travestis também são amparadas pela lei. Matéria, inclusive, que já é simulada pelo Superior Tribunal de Justiça. Estamos avançando cada vez mais”, ressaltou a desembargadora.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MPPA promove curso de Formação Básica da Rede Proteção

O evento ocorreu na última sexta-feira (1º), foi ofertado gratuitamente e contou com a presença de 60 participantes não apenas das comarcas de São Geraldo do Araguaia e de Piçarra

SÃO GERALDO DO ARAGUAIA

DA REDAÇÃO

No dia 1º de março de 2024, o salão do tribunal do júri de São Geraldo do Araguaia sediou o curso de Formação Básica da Rede de Proteção organizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e pela Promotoria de São Geraldo do Araguaia em parceria com a Promotoria da Infância e Juventude de Marabá, com o Fórum de São Geraldo do Araguaia e com a Polícia Civil.

O evento ocorreu das 08h às 18h, foi ofertado gratuitamente e contou com a presença de 60 participantes não apenas das comarcas de São Geraldo do Araguaia e de Piçarra como também da região, dentre os quais, conselheiros tutelares dos Municípios de Palestina, Brejo Grande do Araguaia, Jacundá e São Domingos do Araguaia.

Também participaram outros atores da rede, tais como: coordenação da casa de acolhimen- to, equipe técnica do Centro de

Referência de Assistência Social (Cras) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), secretarias municipais de assistência social, de educação e de planejamento, pre- sidentes dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, servidores do poder judiciário e do MPPA.

Os Municípios de São Geraldo do Araguaia e de Piçarra de- ram suporte com café da manhã, coffee break e almoço, assim os participantes permanec- eram no local do evento po- dendo ampliar conhecimentos e estreitar vínculos profissio- nais com o objetivo de aprimorar e fortalecer a rede.

Para Jane Cleide, Promotora de Justiça: “Eventos como este, de formação básica para a rede de proteção, são extremamente va- lorosos, porque por um lado vi- abilizam a qualificação e a inte- ração entre os agentes e órgãos do Sistema de Garantia de Direi- tos. E por outro, fortalece o deba- te e discussões e, permite a com- preensão de como fazer enfren- tamento e tratamento de inúmeras demandas diárias que batem à porta da rede de proteção, bem como, permite aos agentes o em- poderamento para influenciar na elaboração de uma política pú- blica municipal de Proteção In-



Formação Básica da Rede de Proteção foi organizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) FOTO: DIVULGAÇÃO

tegral e Prioritária de Crianças e Adolescentes.”

Para Erick Fernandes, Pro- motor de Justiça: “O even-

to é importante para intro- duzir pontos relevantes que vão embasar a formação da rede de proteção, que sem-

pre requer atenção não só para os seus reparos como também para o fortalecimen- to em sua totalidade.”

AVISOS, ATAS E EDITAIS

JVS TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA, CNPJ/ 08.197.912/0001-07, torna público que requer a renovação em 04/03/2024, junto à Secretária do Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS/PA a licença de operação nº 14205/2023 para atividade TRANSPORTE DE MINÉRIOS/COQUE, sob o número de processo nº 36868/2018.

JVS TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA, CNPJ/ 08.197.912/0001-07, torna público que recebeu em 14/06/2023, junto à Secretária do Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS/PA a licença de operação nº 14205/2023 para atividade TRANSPORTE DE MINÉRIOS/COQUE, sob o número de processo nº 36868/2018.

L.V. DO NASCIMENTO CERÂMICA (CERÂMICA MG) CNPJ: 33.171.819/0001-70 torna público que recebeu da SEMMA (Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Marabá) a sua Licença de Operação N°103/2024, validade: 21/02/2025 (Processo N°0339/2003) para a atividade de cerâmicas (Área: 3.766m² - Porte: D-II) localizado na Rodovia Transamazônica, BR-230, KM 8,5 em frente ao 52°BIS - Nova Marabá em Marabá-PA.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Prisões por assalto e crime ambiental são registrados durante plantão policial em Santarém

As ocorrências foram registradas de segunda-feira (4) até a manhã desta terça-feira (5) 16ª Seccional Urbana de Santarém.

Por **Kamila Andrade**, g1 Santarém e Região

05/03/2024 10h12 · Atualizado há uma hora



Material apreendido pela Polícia Militar durante a ocorrência de assalto em Santarém — Foto: Divulgação

Durante o Plantão Policial de segunda-feira (4) até a manhã desta terça-feira (5) na 16ª Seccional Urbana de Santarém, no oeste do Pará, prisões por assalto e crime ambiental foram as principais ocorrências registradas.

De acordo com o plantonista, delegado Aldeci Magalhães, primeiramente, um auto de prisão em flagrante foi elaborado por lesão corporal grave, com a vítima

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

atualmente hospitalizada no Hospital Municipal. O estado de saúde da vítima está sendo acompanhado de perto pelas autoridades para monitorar a evolução clínica.

Ainda de acordo com o delegado, em segundo momento, um roubo feito com arma branca foi relatado. Os suspeitos foram detidos após a Polícia Militar rastrear um dos celulares subtraídos das vítimas até a residência dos suspeitos. Na busca domiciliar, parte dos itens roubados foi recuperada, incluindo a arma utilizada no crime. Os homens foram reconhecidos pelas vítimas e serão apresentados em audiência de custódia após o encaminhamento ao sistema penal.

Além dessas ocorrências, um crime ambiental foi reportado em um Termo Circunstanciado de Ocorrência. Um indivíduo foi encontrado comercializando quelônios da espécie tracajá em sua residência. Após a confirmação da atividade ilegal, 14 quelônios foram apreendidos e entregues à Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMMA) para providências administrativas. Os animais foram posteriormente liberados em seu habitat natural após os procedimentos legais.

O responsável pelo crime ambiental foi liberado mediante compromisso de comparecer em audiência especial para esclarecimento dos fatos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Polícia prende por mais três crimes homem condenado a 23 anos de reclusão no Pará

Heliton Chucre Pimentel, 35 anos, foi localizado em Castanhal, no nordeste paraense



O Liberal

04.03.24 23h32



Heliton Chucre Pimentel, 35, foi preso nesta segunda-feira (4) por tentativa de homicídio, roubo e ameaça. Durante a ação do **Núcleo de Apoio à Investigação (NAI)** que atua no município de Castanhal, nordeste paraense, também foi cumprido o mandado de prisão preventiva expedido pela Comarca de Barcarena, referente à apuração dos crimes de roubo, porte ilegal de arma de fogo de uso restrito e organização criminosa. Por esses delitos, **Heliton** já havia sido condenado a 23 anos de prisão.

“O criminoso teve a sentença decretada em decorrência de fatos ocorridos no ano de 2008, praticados contra um investigador da Polícia Civil. Além disso, também é investigado por integrar associação criminosa e pelos crimes de roubo, porte ilegal de arma de fogo de uso restrito e está à disposição da Justiça”, declarou o delegado **Temmer Khayat**, diretor do Núcleo de Inteligência (NIP).

A Polícia Civil deflagrou, desde a última sexta-feira (1), a “Operação Scraping”, que tem como objetivo cumprir 25 mandados de prisão por crimes de roubo, latrocínio, estupro, tráfico de drogas e homicídios. Além de Castanhal, os municípios de Capanema e Santarém também atuam nas diligências.

No total, já somam 23 mandados judiciais cumpridos em torno da referida operação policial, com diligências realizadas nas cidades mencionadas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br